

Climatério e Saúde da Trabalhadora: Uma Interseção Negada Pelas Políticas Públicas

Climacteric and Women's Health at Work: An Intersection Neglected by Public Policies
Climaterio y Salud de la Trabajadora: Una Intersección Negada por las Políticas Públicas

RESUMO

Objetivo: Discutir o alcance da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para as questões de saúde e trabalho das mulheres no climatério. **Método:** Trata-se de uma reflexão teórica fundamentada em revisão narrativa da literatura e em documentos normativos sobre as políticas públicas de saúde da mulher e da saúde do trabalhador. A interpretação dos achados foi conduzida por abordagem narrativa, à luz da pergunta norteadora do estudo. **Resultados:** A análise evidenciou que, embora a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher compartilhem princípios como equidade e integralidade, permanecem desarticuladas, comprometendo a assistência às mulheres no climatério e invisibilizando suas necessidades no contexto laboral. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de integrar essas políticas de forma intersetorial, considerando as especificidades do climatério e fortalecendo ações de promoção da saúde, da dignidade e da equidade das mulheres no trabalho.

DESCRIPTORES: Saúde da Mulher; Política de Saúde do Trabalhador; Climatério.

ABSTRACT

Objective: To discuss the scope of the National Policy on Workers' Health in addressing the health and work-related issues of women during the climacteric period. **Method:** This is a theoretical reflection based on a narrative literature review and normative documents concerning public policies on women's health and workers' health. The interpretation of the findings was conducted through a narrative approach, guided by the study's research question. **Results:** The analysis showed that, although the National Policy on Workers' Health and the National Policy for Comprehensive Women's Health Care share principles such as equity and comprehensiveness, they remain fragmented, compromising care for women during the climacteric period and rendering their needs in the workplace invisible. **Conclusion:** The findings highlight the need to integrate these policies through an intersectoral approach, considering the specificities of the climacteric period and strengthening actions aimed at promoting women's health, dignity, and equity in the workplace.

DESCRIPTORS: Women's Health; Occupational Health Policy; Climacteric.

RESUMEN

Objetivo: Discutir el alcance de la Política Nacional de Salud del Trabajador y de la Trabajadora respecto a la salud y al trabajo de las mujeres durante el climaterio. **Método:** Reflexión teórica fundamentada en una revisión narrativa de la literatura y en documentos normativos sobre las políticas públicas de salud de la mujer y del trabajador. Los hallazgos fueron interpretados mediante un enfoque narrativo, a la luz de la pregunta orientadora. **Resultados:** Aunque la Política Nacional de Salud del Trabajador y de la Trabajadora y la Política Nacional de Atención Integral a la Salud de la Mujer comparten principios como equidad e integralidad, permanecen desarticuladas, comprometiendo la atención a las mujeres durante el climaterio e invisibilizando sus necesidades en el contexto laboral. **Conclusión:** Es necesario integrar estas políticas de manera intersectorial, considerando las especificidades del climaterio y fortaleciendo acciones de promoción de la salud, dignidad y equidad de las mujeres en el trabajo.

DESCRIPTORES: Salud de la Mujer; Política de Salud del Trabajador; Climaterio.

RECEBIDO EM: 01/07/2026 APROVADO EM: 07/08/2026

Como citar este artigo: Lima MVC, Ferreira Junior AR, Assis JCL, Queiroz JM, Santos FJQ, Oliveira YSM, Freitas RJM, Oliveira KKD. Climatério e Saúde da Trabalhadora: Uma Interseção Negada Pelas Políticas Públicas. Saúde Coletiva (Edição Brasileira) [Internet]. 2026 [acesso ano mês dia];18 (112):20858-20867. Disponível em: DOI: 10.36489/saudecoletiva.2026v18i112p20858-20867

ID Maria Valéria Chaves de Lima
Enfermeira. Mestre em Saúde e Sociedade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9278-5612>

ID Antônio Rodrigues Ferreira Junior
Enfermeiro. Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9483-8060>

ID Juvêncio César Lima de Assis
Fisioterapeuta. Mestre em Saúde e Sociedade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1327-3385>

ID Janaina Maciel de Queiroz
Enfermeira. Mestre em Saúde e Sociedade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6284-9005>

ID Fernando Jeferson Queiroz dos Santos
Enfermeiro. Mestre em Saúde e Sociedade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorando em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6839-0119>

ID Yraguacyara Santos Mascarenhas Oliveira
Enfermeira. Mestre em Saúde e Sociedade pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5320-7804>

ID Rodrigo Jacob Moreira de Freitas
Enfermeiro. Doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5528-2995>

ID Kalyane Kelly Duarte de Oliveira
Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7713-3264>

INTRODUÇÃO

O climatério representa uma fase natural do envelhecimento feminino, marcada por transformações hormonais, fim da fase reprodutiva e início de um novo ciclo, que pode desencadear repercussões na saúde física, mental e social das mulheres. Essa transição, que geralmente ocorre entre os 40 e 65 anos, é frequentemente acompanhada por sintomas como ondas de calor, fadiga, distúrbios do sono, dificuldades de concentração, ansiedade e alterações de humor, podendo impactar significativamente a qualidade de vida e produtividade no trabalho¹.

Esses sintomas são fisiológicos, diferem de uma mulher para outra, mas podem ser intensos na síndrome climatérica, o que leva a busca por serviços de saúde na tentativa de minimizá-los. É importante frisar que esse conjunto de sinais e sintomas pode afetar a esfera

física, emocional, social e laboral, impactando negativamente a qualidade de vida dessa população².

No contexto laboral, esses sintomas podem se tornar ainda mais evidentes e desafiadores, especialmente entre mulheres submetidas a atividades de elevada exigência física e mental³, jornadas extensas, fatores estressores e demandas constantes de atenção e cuidado, condições que podem agravar os sintomas e comprometer o desempenho laboral⁴.

Assim, torna-se fundamental compreender como as políticas públicas de saúde da trabalhadora e de atenção integral à saúde da mulher consideram as demandas das trabalhadoras climatéricas. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), instituída pela Portaria nº 1.823/2012, tem como objetivo garantir condições adequadas de saúde e segurança para os trabalhadores no Brasil, promovendo ações de vigilância e pro-

teção no ambiente laboral⁵. No entanto, cabe questionar em que medida essa política contempla as especificidades das mulheres no climatério, considerando que suas diretrizes abordam a saúde do trabalhador e trabalhadora de forma ampla e generalista⁶.

Por outro lado, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), criada em 2004 e ainda em vigor no País, é responsável, por ancorar uma práxis de superação das políticas que compreendiam a saúde da mulher exclusivamente a partir de seu papel de mãe, e que, por isso, organizavam o sistema de saúde de maneira excludente⁷. O caráter integral da política, diz respeito a uma maneira emancipadora de compreender as mulheres e sua saúde, além do período reprodutivo, mas com o prisma da cidadania, diversidade e plenas de direito.

Esse é o grande mérito do PNAISM, evidenciou a existência de grupos diver-

so dentro do universo mulheres, como: adolescentes, idosas na menopausa, lésbicas, negras, indígenas, encarceradas⁴. A partir do reconhecimento das diferenças entre cada um desses grupos, o programa procurou estabelecer políticas distintas e direcionadas que atendessem às suas necessidades específicas. Isso demanda um sistema de saúde organizado por meio de linhas de cuidado e redes de serviços que atendam às mulheres em seus diferentes ciclos de vida, articulando-os, e que não invisibilize determinadas mulheres nem determinadas necessidades de saúde⁸.

Dessa forma, enquanto a PNSTT foca na saúde ocupacional sem diferenciar as necessidades das mulheres climatéricas, a PNAISM trata do climatério sem considerar os impactos no bem-estar e no ambiente de trabalho nessa fase. Assim, a falta de suporte adequado pode resultar em maior absenteísmo, diminuição da produtividade e prejuízo à qualidade de vida, além de contribuir para a perpetuação da desigualdade de gênero no mercado de trabalho⁹.

A interseção entre essas duas políticas ainda é um aspecto a ser explorado e refletido, o que levanta questionamentos sobre o alcance e a efetividade das políticas na assistência às trabalhadoras no climatério. Considerando que essa fase da vida pode afetar a produtividade, o bem-estar e até mesmo a permanência no mercado de trabalho, faz-se necessário investigar se há articulação entre as políticas voltadas à saúde ocupacional e à saúde da mulher e se as diretrizes existentes garantem suporte adequado para essa população⁸.

A proposta é ampliar o debate sobre a interseção entre saúde da mulher e saúde ocupacional, promovendo um olhar mais sensível para as necessidades das trabalhadoras climatéricas. Ao discutir essas questões, espera-se contribuir para a formulação de estratégias que possibilitem melhores condições de trabalho e qualidade de vida para as mulheres no climatério.

Dessa forma, este artigo tem como

objetivo discutir o alcance da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para as questões de saúde e trabalho das mulheres no climatério.

MÉTODO

Trata-se de uma reflexão teórica fundamentada em diretrizes normativas e em publicações científicas sobre as políticas públicas de saúde da mulher, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, bem como sobre a vivência do climatério por mulheres trabalhadoras. A análise foi orientada, especialmente, pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), adotadas como referenciais para compreender a interface entre o climatério e as condições de saúde e trabalho das mulheres. O estudo partiu do seguinte questionamento: qual o alcance da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora para as condições de saúde e de trabalho das mulheres no climatério?

Como base para a sustentação da reflexão, realizou-se uma revisão narrativa da literatura por meio da busca de artigos no Google Acadêmico e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os descritores "Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher", "Saúde da Mulher", "Política de Saúde do Trabalhador" e "Climatério", obtidos por meio dos Descritores em Ciências da Saúde (*DeCS/MeSH*) disponíveis na BVS. Os descritores e seus respectivos sinônimos foram combinados com os operadores booleanos *AND* e *OR*, sendo pesquisados nos campos título, resumo e palavras-chave das bases consultadas.

As buscas foram realizadas no período de setembro a outubro de 2025, resultando na identificação de 83 artigos completos no Google Acadêmico e cinco artigos na Biblioteca Virtual em Saúde. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos dos estudos

recuperados. Posteriormente, os artigos selecionados nessa etapa foram analisados na íntegra, constituindo uma amostra final de 12 estudos.

Foram incluídos textos completos, disponíveis integralmente em meio eletrônico, que abordassem conteúdos relacionados ao objetivo deste estudo, sem delimitação temporal. Foram excluídos artigos duplicados, editoriais, teses, dissertações e resumos.

A síntese dos resultados foi realizada por meio de abordagem narrativa. Os achados foram interpretados à luz da pergunta norteadora do estudo, buscando identificar as necessidades emergentes relacionadas à interface entre políticas públicas, saúde da mulher, saúde do trabalhador e climatério, bem como as lacunas identificadas na literatura e suas implicações para a prática profissional e para o desenvolvimento de futuras pesquisas. A discussão foi construída com base nos estudos que compuseram a amostra e em literatura complementar pertinente ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Saúde e trabalho no climatério: lacunas, desigualdades e possibilidades

A literatura aponta que o trabalho traz inúmeros estressores para mulheres e esses, quando somados a alterações neuroendócrinas típicas do climatério causam um déficit considerável na qualidade de vida dessas mulheres. Estudos mostram através de neuroimagens que o aumento dos sintomas negativos do climatério gera uma menor ativação das áreas relacionadas a emoção e essa problemática faz com que as mulheres possuam mais dificuldades para realizar seus trabalhos. Proporcionalmente, essas mulheres sentem que possuem um comprometimento excessivo nas suas funções as levando a um processo também de autocrítica¹⁰.

Existem relatos em que as mulheres expressam a dificuldade em controlar os sintomas da menopausa e alguns

ambientes os potencializam, como é o caso de locais quentes, mal ventilados ou jornadas estressoras que envolvem reuniões formais, interações com públicos de idades diferentes, do sexo oposto e poucas pausas para descanso. Registra-se que há uma inter-relação entre o trabalho e os sintomas de menopausa como humor deprimido, ausência de memória e dificuldade de concentração e cansaço extenuante. Entende-se que há pouca compreensão e acolhimento para estes sintomas femininos no ambiente laboral¹¹.

Outrossim, é compreensível que existem políticas que podem intervir sobre a situação dessas mulheres trabalhadoras, por possuírem diretrizes e princípios que se encontram em relação a diversos temas como é o caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Em ambos os textos estruturais das políticas há a menção de expressões como saúde integral, equidade de gênero e participação social, inclusive há um reconhecimento das desigualdades históricas e estruturais que afetam as mulheres em diferentes eixos da vida incluindo a sua saúde, mas ainda que conectadas por temas as políticas não são postas em práticas conjuntamente.

O Climatério faz parte do contexto reprodutivo da mulher e ainda que a reprodução seja um tópico tão enfatizado dentro das questões trabalhistas femininas, a demanda de atenção pelo climatério também poderia e deveria estar inclusa em tópicos como saúde ocupacional, prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e a promoção da saúde e segurança no trabalho. Além de ser necessário também nos eixos que trata de envelhecimento saudável e cuidado a doenças crônicas. A saúde do trabalhador acontece diretamente conectada a vigilância do trabalhador, mas não existem indicadores específicos direcionados a essas trabalhadoras que estão vivenciando esta etapa da vida e

que ainda estão ocupando seus cargos de trabalho.

Diante disso, a falta de atenção ao climatério nas políticas de saúde do trabalhador evidencia uma lacuna na assistência às mulheres que continuam ativas no mercado de trabalho, apontando que o sexo feminino apresenta menor qualidade de vida no trabalho, especialmente no domínio profissional, o que pode estar relacionado à sobrecarga e à invisibilidade de demandas específicas como o climatério. Isso reforça a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às questões de gênero no contexto laboral¹².

No Brasil, a PNSTT completou uma década de existência e embora haja avanços, é perceptível que há uma lacuna em suas articulações intra e intersectoriais, com necessidade de ações transversais que permitam ver a saúde e a doença além apenas do corpo do trabalhador, tornando essa vivência mais justa e mais condizente com os ideais do Sistema único de Saúde¹³.

Falar de justiça observando as condições de trabalho femininas é complexo e por vezes irreal, pois embora comemorem-se constantemente as conquistas femininas no que tange a direitos trabalhistas, o sistema capitalista consegue por vezes realizar manobras manipuladoras para seguir explorando essas mulheres que naturalmente são enquadradas na divisão sexual do trabalho. É explícito que dentro do sistema capitalista ninguém de fato alcança a liberdade, contudo, para mulheres isso é ainda mais difícil. A mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital porque vivencia a exploração no setor público e tem horas a mais consumidas no trabalho doméstico que a exige a responsabilização da reprodução social. Ambas as jornadas são árduas e pouco valorizadas¹⁴.

Dados os fatos apresentados é preeminente refletir o quanto o cenário atual, referente ao trabalho feminino e a saúde das mulheres é contraditória aos compromissos que o mundo vem

se dispondo a cumprir para a salvação do planeta. Até 2030 diversos países se comprometeram em um pacto chamado de Agenda 2030 que visa ações de mudança na economia, no ambiente e na sociedade como um todo visando o alcance do desenvolvimento sustentável. Para o alcance dessas metas os países baseiam-se em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e em suas 169 metas, ainda que cada nação possa também criar planos, políticas e programas para torna-se mais sustentável¹⁵.

Dentre esses objetivos voltados para a reflexão levantada frisa-se a saúde e bem estar, igualdade de gênero, trabalho decente, assim vê-se que o alcance de vários deles iriam de encontro a melhoras no que tange a relação da saúde da trabalhadora durante a etapa do climatério. No entanto, assim como a PNAISM e PNSTT, os ODS tem enfrentado dificuldades para se efetivarem, para conversarem com demandas essenciais da vida de grupos vulneráveis como é o caso das mulheres, para tornarem as condições de vida e de trabalho das mulheres no climatério melhores e para auxiliar na efetivação de políticas públicas já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta ao longo deste artigo evidenciou uma lacuna importante nas políticas públicas voltadas à saúde da mulher e da trabalhadora: a ausência de articulação entre os cuidados voltados ao climatério, menopausa e o contexto laboral. Embora a PNSTT e a PNAISM tragam em seus princípios a promoção da equidade, da integralidade e da justiça social, na prática, essas políticas ainda operam de forma desarticulada, falhando em atender de maneira efetiva as necessidades específicas das mulheres climatéricas e menopausadas que permanecem ativas no mercado de trabalho.

Os sintomas enfrentados nesse período como fadiga, alterações de humor, dificuldades cognitivas e desconfortos

físicos, não são apenas experiências individuais, mas também desafios coletivos que impactam diretamente a produtividade, o bem-estar e a permanência das mulheres em suas funções profissionais. Portanto, ignorar essas vivências é perpetuar uma lógica que invisibiliza o sofrimento feminino e reforça desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

Diante disso, é urgente reconhecer esse período como uma etapa legítima da vida laboral feminina que exige atenção diferenciada. Isso implica repensar práticas institucionais, adaptar ambientes laborais e, sobretudo, integrar

políticas de atenção à saúde da mulher e saúde da trabalhadora em ações concretas e intersetoriais. O cuidado não pode se limitar ao biológico, tampouco ao doméstico, ele precisa perpassar os muros dos serviços de saúde e dialogar com o cotidiano das mulheres em seus múltiplos papéis sociais.

Ademais, os compromissos assumidos na Agenda 2030 nos convidam a construir uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva. Nesse sentido, objetivos como igualdade de gênero, saúde e bem-estar, trabalho decente e instituições eficazes devem deixar de ser apenas diretrizes globais e passar a orientar, de

fato, a formulação e implementação de políticas públicas sensíveis às particularidades das mulheres em todas as fases da vida.

Reafirma-se aqui a necessidade de um olhar mais sensível, humano e interseccional para a experiência do climatério e menopausa no trabalho. Garantir condições dignas para que mulheres atravessem esse período com saúde e acolhimento não é apenas uma questão de cuidado, é um compromisso ético com a equidade, com os direitos humanos e com a valorização da trajetória feminina no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

1. Lima M. Revisão integrativa de literatura sobre a assistência de enfermagem à mulher no climatério. *Rev Multidiscip Saúde*. 2024;5(1).
2. Sobral BABF de N, Silva RA, Souza CFQ de, Abrão FM da S, Costa AM da. Benefícios das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na qualidade de vida e nos sintomas de mulheres no climatério: uma revisão sistemática. *Saúde Debate* [Internet]. 2024 nov 19 [citado 2025 mar 20];48(especial 2 out):e9321. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9321>.
3. Silva RA, Oliveira AC, Costa MB, Almeida TL, Santos RS, Ferreira BML, et al. Influência dos sintomas climatéricos na capacidade de trabalho. *Braz J Dev*. 2021;7(6):59984-95.
4. Favaro BF, Lima FS, Ilíbio MB. O Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: agenda setting e as mulheres enquanto sujeitos identitários diversos na política de saúde. *Rev RIOS*. 2022;17(34):311-20.
5. Brasil. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. *Diário Oficial da União*. Brasília, 24 ago. 2012.
6. Santos DMG, Lana L. Potencialidades e desafios da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. *Moitará - Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO*. 2022;1(1):1-16.
7. Brasil. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
8. Souto K, Moreira MR. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde Debate*. 2021;45(130):832-46.
9. Marcacine PR, Santos DS, Almeida TRS, Rocha MM, Costa AMC, Silva EA. Qualidade de vida, fatores sociodemográficos e ocupacionais de mulheres trabalhadoras. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2018;24(3):749-59.
10. Belém D, Silva RL, Gozzo TO, Souza J, Mattos MM, Lima JCS, et al. Influência do comprometimento excessivo na qualidade de vida e nos sintomas do climatério de profissionais da enfermagem. *Rev Gaúcha Enferm*. 2021;42:e20190374. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Fgh6g5qnfScxnDm84SVK-Wqh/?lang=pt>.
11. Fernandes G, Nascimento CMB, Silva JLM, Assis MM, Cunha SF, Oliveira FLC, et al. Mulheres climatéricas no ambiente de trabalho: Revisão integrativa da literatura. *Pesqui Soc Desenvol*. 2021;10(8):e47310817514. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17514/15699>.
12. Lima GKM, Gomes LMX, Barbosa TLA. Qualidade de vida no trabalho e nível de estresse dos profissionais da atenção primária. *Saúde Debate*. 2020;44(126):774-789. doi:10.1590/0103-1104202012614.
13. Hennington EA, Santos GB, Pasche DF. Dez anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os desafios da formação para (trans) formação do trabalho. *Rev Bras Saúde Ocup*. 2024;49:e4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/JHxDL5R3Z5SbNCwcWprVdqh/?lang=pt>.
14. Schuh TJ, Silva MG. Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil. *Bol Conjunt BOCA*. 2021;5(14):141-6. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/246/227>.
15. Cruz DKA, Andrade GN, Sousa ABL, Machado ML, Alves LZ, Lima CM. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. *Epideiol Serv Saúde*. 2022;31(spe1):e20211047. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/>.